

A volta do Sigma: o passado sem futuro

ROGÉRIO LUSTOSA VICTOR*

Introdução

As lideranças do Partido de Representação Popular (PRP), entre os anos de 1945 e 1950, embora tenham assumido que o partido possuía posição doutrinária integralista, em muitos momentos de oposição mais aguda a essa condição, optaram estrategicamente senão por negá-la ao menos por não a estampar de forma plena. Exemplo marcante dessa situação ocorreu na defesa do PRP, em 1948, diante da representação do senador da União Democrática Nacional (UDN), João Villas Boas, apresentada no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em que ele acusava aquele partido de não ser democrático por ser integralista. Na ocasião, o advogado de defesa do PRP, o senador Dario Délio Cardoso, do Partido Social Democrata (PSD), fez seus esforços para afastar o PRP do integralismo, entendendo o risco que ser integralista denotava naquele momento. A estratégia da defesa foi bem-sucedida e os ministros do TSE, por unanimidade, rejeitaram a representação do senador udenista, o que significou a manutenção do registro do PRP, mas não de sigla explicitamente integralista.

O PRP, entre as décadas de 1940 e 1950, atuou no cenário político partidário do país, como partido capaz de costurar alianças, de acordo com as conjunturas locais e nacionais, com vários partidos, entre eles a UDN e o PSD. Essas alianças partidárias, quando vitoriosas no processo eleitoral, significaram, para o PRP, efetiva possibilidade de participação nos governos estaduais¹. Quanto às eleições para o Poder Legislativo, o PRP, em 1947, elegeu 1 deputado federal e 18 deputados estaduais, enquanto que, em 1950, o partido elegeu 3

*Doutor em História. Professor do departamento de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília.

¹ Em 1947, o partido liderado por Salgado integrou o governo, junto ao PSD, em dois estados: Paraná (governo de Moisés Lupion) e Espírito Santo (governo de Carlos Lindemberg). Já a partir do resultado das articulações político-partidárias e do processo eleitoral para governadores em 1950, a participação do PRP nos governos estaduais teve aumento considerável, saltando de dois para cinco estados: na Bahia, no governo de Luis Régis Pacheco (PSD), com Carlos Albuquerque à frente do Instituto de Fomento (1951 – 1954) e com Rubem Nogueira como Procurador Geral (1951 – 1954); no Maranhão, no governo de Eugênio de Barros (PST), com Solano de Oliveira como Diretor do órgão Instrução Pública (1951– 1954) e com Benedito Lago à frente da secretaria do Interior e Justiça (1951 – 1954); no Paraná, no governo de Bento Munhoz da Rocha (PR), com Linhares de Lacerda como Procurador Geral (1951– 1954); em São Paulo, no governo de Lucas Nogueira Garcez (PSP), com Loureiro Junior como secretário de Justiça (1951 – 1953) e Mário Penteado como diretor do órgão Armazéns Gerais (1951 – 1952); e, por fim, em Santa Catarina no governo udenista de Irineu Bornhausen, com Luís de Souza como secretário de Segurança Pública (1951 – 1954). Fonte: documentação do Diretório Nacional do PRP e jornais *Idade Nova* e *A Marcha* (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro).

deputados federais e 19 deputados estaduais. Já em 1954, o número de deputados federais eleitos pelo PRP foi de 9 e, de estaduais, de 16.

Assim, nos seus primeiros 10 anos de atuação (1945-1955), o PRP imiscuiu-se na malha político-partidária brasileira. A despeito disso, o crescimento do partido — quando ocorreu — mostrou-se pífio e muito aquém da expectativa de seus dirigentes e fundadores². Essa atuação política embrenhada nas negociações de gabinete e seus resultados pouco satisfatórios para o PRP vinham provocando considerável descontentamento entre a militância.

Afastar-se do passado integralista, como o fez o PRP, colocava em risco o apoio dos que poderiam simpatizar com a causa perrepista, ou seja, os que no passado compartilharam do movimento integralista. Para Salgado, o próprio crescimento insatisfatório do PRP era decorrente da incapacidade do partido vincular-se a sua própria história³, cuja herança ainda poderia ser requisitada em nome da honra e da glória daqueles que deram suas energias e até mesmo a vida pela causa integralista nos anos de 1930⁴.

Em busca do passado

Foi diante da insatisfação significativa de militantes do PRP com o seu amálgama na ordem político-partidária que, em 1955, o partido buscou caminho independente e de maior autoafirmação de sua identidade integralista e, dessa maneira, entrou na corrida presidencial sem coligação, lançando seu principal quadro, Plínio Salgado, ao cargo máximo do executivo da República. A altura do cargo que os perrepistas pleitearam e a possibilidade legal desse intento demonstram que, malgrado as representações negativas do passado integralista disponibilizadas no espaço público, eles ainda encontravam brechas para a sua atuação política.

² Nas eleições legislativas estaduais, entre 1945 e 1954, por exemplo, o PRP obteve média nacional de votação entre 2,3% (nas eleições de 1945) dos votos e 3,4% (nas eleições de 1947). Obteve ainda 3, 1%, em 1950 e 2,8%, em 1954. Fonte: TSE (1964).

³ Plínio Salgado considerava como história do integralismo o que interpretamos como a metamemória integralista. Cf.: VICTOR, Rogério Lustosa. *O labirinto integralista: o conflito de memórias (1938 – 1962)*. Goiânia: IFITEG, 2013.

⁴ Salgado sentia o crescimento do partido bem aquém de suas expectativas e da militância em geral. E, a esse respeito, disse que “O PRP, como partido, tem crescido muito lentamente, principiando com 90 mil votos em 1945, atingindo 146 mil em 1947, e 252 mil em 1950” (SALGADO, 1956:15).

E foi a partir de sua leitura do passado que Salgado encontrou a explicação para o seu propósito de candidatar-se à presidência da República, de preferência, naquela eleição que se aproximava. Não mais se sentindo ameaçado significativamente pelo passado, ou melhor, por certas narrativas sobre o passado, Salgado nele encontrou o sentido que justificava sua candidatura. A experiência integralista ainda se apresentava com capacidade de orientar o presente, conforme frisou o próprio Salgado: “tínhamos de reatar a linha de conduta, restaurando no país a atitude assumida em Janeiro de 1936 (lançamento do Manifesto-Programa) e 30 de maio de 1937 (lançamento da minha candidatura)” (SALGADO, 1956: 14).

Diante do Diretório Nacional do PRP, ainda em junho de 1954, Salgado expunha as razões que motivavam sua candidatura à presidência da República: “Temos um compromisso de honra com os que morreram por nossa ideia e com milhares de brasileiros que acreditam em nós e que esperam algo de nós no atual momento” (SALGADO, 1956: 15). Se o PRP não mantivesse seu compromisso e zelo com as experiências políticas do passado, seria igualado a qualquer outro partido e distanciar-se-ia dos antigos eleitores integralistas ou simpatizantes. Daí se fazia necessário mostrar essa continuidade, mostrar que a candidatura perrepista à presidência “era uma consequência lógica da campanha presidencial de 1937 [...], a qual foi interrompida pela implantação da ditadura” (SALGADO, 1956: 14). Aproximar-se do passado percebido pela memória integralista era, para Salgado, indispensável, também, porque aquele demarcava a diferença entre eles — os que atuaram na Ação Integralista Brasileira (AIB) e lutaram por um Brasil grande — e os outros. Havia a ideia de que eles, integralistas, tinham construído, nos anos de 1930, um mundo comum que, embora em pedaços, sobrevivia. Juntar os pedaços no presente passaria, sem dúvida, pelo fortalecimento do elo entre o passado e o futuro por meio do presente: a candidatura de Salgado à presidência da República foi momento em que o integralismo marcou um encontro com sua própria memória.

A solenidade do lançamento da referida candidatura deu-se no Palácio Tiradentes, no Rio de Janeiro, na noite de 21 de março de 1955. Na ocasião, primeiramente falou o líder da bancada perrepista na Câmara Federal, o deputado eleito pelo Rio Grande do Sul, Luís Compagnoni. E o seu discurso não poderia deixar de invocar o sentido que o passado dava àqueles homens: “hoje constitui um dia de glória e de grande emoção para todos nós. Quem acompanhou, há mais de vinte anos, a nossa luta há de compreender a nossa satisfação” (A

Marcha, 25 mar. 1955: 8). A inteligibilidade da satisfação por eles vivida era compreendida, segundo Compagnoni, por aqueles que acompanharam a trajetória integralista nas duas últimas décadas e que, portanto, eram capazes de compartilhar de um mesmo sentido de tempo. E era o tempo vivido como integralista que dava àquele momento o sentido de glória que o deputado invocava.

As lideranças perrepistas tinham como objetivo de campanha resgatar o que diziam considerar “o maior exército cívico que já teve no Brasil” (*A Marcha*, 19 ago. 1955: 3), remontando ao suposto um milhão de militantes da extinta AIB. A ideia de continuidade do integralismo era perpassada em discursos proferidos nas rádios, nos comícios e nos jornais integralistas. No semanário *A Marcha*, a matéria intitulada *Candidatura de uma doutrina*, publicada em 16 de setembro daquele ano, reproduzia fala de Salgado proferida dias antes na Rádio Globo, na qual o candidato perrepista abordava as dificuldades de uma campanha nacional com esparsos recursos, mas, diante do apoio que vinha recebendo em diversas regiões do Brasil, concluía que “tudo isso conforta nesse instante em que, com os maiores sacrifícios, percorremos o território nacional para anunciar o que vai pelo Brasil e expender ideias acerca dessa doutrina, que tem sido motivo de meu martírio e de minha luta durante 23 anos” (*A Marcha*, 16 set. 1955: 3). A ideia de luta durante 23 anos estabelecia um claro marco inicial para as hostes integralistas: o ano de 1932 com o lançamento do Manifesto de Outubro. 23 anos depois, em 1955, a candidatura de Salgado à presidência era apresentada como a candidatura daquela mesma doutrina.

Salgado, malgrado tenha sido — entre os quatro candidatos que concorreram ao pleito — o menos sufragado daquela eleição, obteve cerca de 8% dos votos nacionais, percentual não desprezível. Essa foi a maior votação, no âmbito nacional, em termos percentuais e absolutos, obtida por agremiação integralista em toda a história do movimento. Tal situação parecia apontar para o acerto da aposta em definir uma maior proximidade em relação ao passado integralista e instigou os dirigentes do PRP a adotar novo posicionamento quanto à atitude política do partido. Era preciso retomar de modo mais explícito a identidade integralista.

O retorno do sigma

A ideia construída na cúpula perrepista a partir de então era a de que o PRP não havia crescido até aquele momento como poderia ter ocorrido, porque ele não se vinculara radicalmente ao seu maior patrimônio: o passado integralista. Salgado, em abril de 1956, portanto apenas alguns meses após o pleito, publicou artigo no *A Marcha* (27 abr. 1956: 3- 8) em que avaliava a sua candidatura como o marco de uma ressurreição:

Nunca o PRP poderia ter adotado uma orientação mais certa, uma atitude de maior clarividência. O pleito de outubro deu consciência de autonomia, de autodeterminação a um partido que vinha perdendo a substância pela adesão a candidatos estranhos à sua doutrina em duas eleições sucessivas, a de 1945 e a de 1950. Embora dignos dos sufrágios dos brasileiros, o marechal Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes, cujos méritos pessoais não negamos, não polarizavam os anseios mais profundos dos integralistas, nem daqueles que aspiram a reformas largas e decisivas dos costumes políticos e das normas administrativas em nosso país. O desfraldar de uma bandeira própria deu ao partido herdeiro da doutrina espiritualista e cristã da democracia orgânica uma energia nova que se revelou numa verdadeira ressurreição.

Destarte, ante o resultado daquela eleição, o PRP buscou uma afirmação mais ostensiva quanto ao seu posicionamento de filiação à doutrina e aos signos integralistas. É nesse sentido que, pela primeira vez, em ocasião solene do PRP, em dezembro de 1956, evocou-se a velha saudação *Anauê!*. Tratava-se da Convenção Regional do partido no Rio de Janeiro, em dezembro de 1956. Nela, elegeu-se para presidente regional Álvaro Sardinha. O novo presidente da sessão do PRP do Rio de Janeiro, ladeado pelo presidente nacional do partido e diante da plateia, a essa solicitou que Salgado fosse saldado com três *anauês*, sendo imediatamente atendido. A edição seguinte do *A Marcha* (7 dez. 1956: 1-10) assim noticiou o episódio: “Álvaro Sardinha pediu à assistência 3 anauês para o Chefe Nacional! A enorme multidão que superlotou os salões da Associação Comercial, com os braços erguidos na saudação indígena, mostrava que a fibra dos integralistas mantinha-se inabalável”.

Questão relevante na matéria citada é também o fato do presidente nacional do partido, Salgado, ser nela chamado de “Chefe Nacional”, expressão usada na década de 1930 para remontar-se ao líder da AIB. Empolgado com o reencontro com o passado, Salgado criou, em maio de 1957, o Conselho Político Nacional. A explicação da finalidade de tal órgão era dada pelo semanário perrepista, invocando o passado como o tempo que os orientava na ação

presente, pois que o Conselho Político Nacional visará “congregar, como no passado fazia a AIB, todos os adeptos do integralismo que reclamam um movimento político feito em torno de princípios e ideias e organizado com disciplina e hierarquia” (*A Marcha*, 10 maio 1957: 1)

Em 1957, ano do aniversário de 25 anos de fundação da AIB, o Conselho Político Nacional do PRP propôs que o velho símbolo da AIB, o sigma, passasse a ser o símbolo do partido.

O sigma era o símbolo do movimento integralista e era colocado no centro da bandeira integralista, no centro dos distintivos integralistas e na camisa-verde e blusa-verde no braço esquerdo. A escolha do sigma como símbolo da AIB nos anos de 1930 deveu-se, cosoante explicações dadas em seus “protocolos e rituais”⁵, ao fato daquele movimento visar integrar todas as forças sociais do país na suprema expressão da nacionalidade; por ele representar a soma dos finitamente pequenos; por ser o nome da Estrela Polar do hemisfério sul; e ainda por remeter ao cristianismo, já que o sigma era a letra com a qual os primeiros cristãos da Grécia indicavam o nome de Cristo (Soteros). Retomar o uso do sigma era reencontrar o passado idealizado.

O semanário *A Marcha*, em edição de 5 de julho de 1957, noticiou semelhante proposta na primeira página com o seguinte título: *O sigma será o símbolo do PRP*. E, para o Conselho Político Nacional desse partido, o sigma deveria sim ser o símbolo dele, porque era bastante conhecido nacionalmente como escudo representativo da doutrina integralista e porque era público e notório que a filosofia orientadora do PRP era a baseada no pensamento integralista. Ao mesmo tempo, o Conselho Político do PRP invocava mais uma vez a representação do senador Villas Boas apresentada no TSE — e, a partir de ressignificação na memória integralista da posição do TSE diante daquela representação, concluía que utilizar novamente o sigma não seria problema algum, pois ele era o símbolo de uma doutrina que estava de acordo com a ordem democrática vigente, como o semanário *A Marcha* (5 jul. 1957: 1) explicitava:

[...] quando um senador pretendeu, anos atrás, o fechamento do PRP, fundando em que este se baseava no integralismo, o Tribunal Superior Eleitoral teve ocasião de pronunciar-se em magnífico acórdão a esse respeito.

⁵ In: Enciclopédia do Integralismo. Vol. 11, Rio de Janeiro: Edições GRD, 1957-1963, p. 78-79.

Reconheceu e proclamou que a filiação doutrinária do PRP ao Integralismo não o torna de nenhum modo contrário aos princípios constitucionais prescritos na Constituição Brasileira de 1946. A doutrina integralista é e sempre foi nacionalista e democrática e, portanto, o uso do símbolo não poderá jamais e de modo algum infringir qualquer dispositivo legal.

Efetivamente, a doutrina integralista não foi julgada pelo TSE e avaliada como democrática no passado, mas na recomposição do passado na memória integralista essa situação já estava dada, ou seja, a memória integralista já havia feito um trabalho de enquadramento na nova realidade que era democrática e, portanto, o integralismo era percebido como tendo sido sempre democrático, situação referendada, na versão integralista, pelo próprio TSE.

A sugestão do Conselho Político do partido seria, por fim, levada para o I Conclave Nacional do PRP, o qual ocorreria em Vitória nos dias 26, 27 e 28 do mês de julho daquele mesmo ano de 1957. E, para o periódico *A Marcha*, tal sugestão teria enorme repercussão no meio perrepista, pois que seria a “volta do Partido às suas fontes autênticas de inspiração doutrinária e conduta política [...]” (*A Marcha*, 5 jul. 1957: 1). As lideranças do PRP viam nessa adoção o passo decisivo para a afirmação de sua identidade integralista.

O I Conclave do PRP foi planejado para acontecer em Vitória em função de outra simbologia com o intuito de incorporar o passado integralista. E essa situação era elucidada pelo semanário *A Marcha*, que, em matéria publicada poucos dias antes do início do evento, afirmava que “Vitória, a capital espirotosantense, tem sido a terra dos grandes marcos integralistas” (*A Marcha*, 19 jul. 1957: 1). E os marcos indicados eram: o I Conclave da AIB, que teve lugar nos anos de 1930, e o Conclave do PRP, também integralista, que ocorreria em breve, já que agora “o instrumento político do Integralismo é o Partido de Representação Popular que está preparando também para Vitória o seu primeiro grande Conclave” (*A Marcha*, 19 jul. 1957: 1). Realizar o I Conclave do PRP em Vitória, cidade em que havia ocorrido o I Conclave da AIB, era igualmente um modo de simbolicamente voltar às suas “fontes autênticas de inspiração doutrinária” (*A Marcha*, 19 jul. 1957: 1).

Em dezembro de 1957, o semanário *A Marcha* publicou matéria intitulada *Ninguém pode dizer que é integralista se não cumpre os seguintes preceitos* (*A Marcha*, 19 dez. 1957: 3). E a matéria trazia quinze preceitos que deveriam ser seguidos pelos integralistas e um deles (o terceiro da lista) exigia que o integralista usasse o distintivo do sigma.

Os integralistas, militantes do PRP, voltavam-se para o passado para distanciar-se dos outros partidos, para reencontrar a “força” da AIB e a perspectiva de futuro que essa teve e para construir a própria identidade do grupo. É nesse sentido que, além da adoção do sigma como símbolo do PRP, a comemoração do Jubileu de Prata do integralismo, em 1957, pode ser percebida. Nas festividades dos seus 25 anos ocorreu marcante encontro no teatro João Caetano no Rio de Janeiro, momento relatado pelo jornal *Tribuna da Imprensa* da seguinte maneira:

Todos os assentos do Teatro João Caetano estavam completamente lotados quando uma tocha negra empunhada por um idoso e uma adolescente fardados com vestimenta verde desfilou sobre a passarela do salão de espera do teatro. Era o archote da geração, bastião que representava a passagem de poder de uma geração a outra do movimento que comemorava aniversário. Era o Jubileu de Prata integralista e a imprensa estava presente. Por todos os lugares do teatro, se viam simpatizantes, curiosos e desafetos de Plínio Salgado, que do alto do palco, na plenitude de seus 62 anos, ergue o braço direito e com a mão estendida grita para a catarse geral do salão. Mais de mil braços direitos são erguidos. O coro é uníssono: três Anauês! A saudação exclusiva ao chefe! Era a comemoração que marcaria o retorno simbólico integralista no pós- guerra. (Tribuna da Imprensa, 7 out. 1957: 3).

A euforia narrada pelo jornal nada simpático ao integralismo efetivamente era vivida por algumas centenas de militantes, os quais pareciam acreditar na retomada do ímpeto integralista dos tempos da AIB e por isso gritavam em uníssono, com o braço direito erguido, os três *anauês* em saudação ao chefe nacional. Segundo Rodrigo Christofolletti (2010: 45):

um calendário de celebrações visava compartilhar a história do movimento, sensibilizando a sociedade para o retorno do Integralismo. Tal cronograma coincidiu com a retomada do calendário oficial integralista, datado de duas décadas atrás. O jornal A Marcha publicou o quadro de atividades da Semana do 7 de outubro. A veiculação do Programa das Festividades foi intensa durante todas as semanas do mês de setembro. Durante a primeira semana de outubro foi prevista uma programação específica para cada dia.

Dos eventos arrolados no calendário, um em especial merece destaque: a Exposição Histórica do Integralismo, que, de acordo com as fontes disponíveis, (fontes partidárias e jornais de grande circulação carioca) congregou milhares de pessoas

nos cinco dias em que foi aberta ao público. Realizada no Salão Assírio do Teatro Municipal do Rio de Janeiro, esta exposição refazia a trajetória histórica do movimento, expondo suvenires e mais de 30 quadros explicativos sobre o seu aparato simbólico.

Nessa extensa programação de reorganização da memória integralista, destaca-se o imenso projeto editorial de lançamento da Enciclopédia do Integralismo (EI), vasta coletânea de textos publicados pela Edições GRD, em 12 volumes, organizada por Gumercindo Rocha Dórea⁶. Como ressaltou Christofolletti, em sua tese de doutorado (2010), o objetivo maior de semelhante projeto era o de propagandear as conquistas integralistas apresentando ao seu público leitor, naquele momento comemorativo, os feitos de maior relevância do integralismo. Em termos gerais, a Enciclopédia do Integralismo sugeria para seus leitores (foram impressos um pouco mais de 50 mil exemplares da EI) a manutenção e a valorização de seu passado. O discurso perrepista, assim, revelava o entrelaçamento entre memória e política.

Considerações finais

Com a fundação do PRP, em 1945, os integralistas se reorganizaram no cenário político-partidário brasileiro, depois de anos da ditadura estadonovista. Primeiramente, no entanto, os perrepistas não se vincularam explicitamente ao passado integralista, temerosos de que tal posição pudesse por em risco a legalidade de sua atuação política. Posteriormente, já na década de 1950, o PRP ancorou-se em representações do passado, intentando reagrupar o capital político supostamente obtido nos anos de 1930, nos tempos da AIB. Nesse sentido, os perrepistas organizavam a memória como forma de orientação política no presente: arquivo, documento, testemunho, imprensa integralista e símbolos, como o sigma, recriavam os sentidos de intervenção política percebidos como dentro da órbita integralista ainda na década de 1950. No entanto, o desenho integralista esteve localizado na experiência do grupo e nele tem o seu limite.

⁶ Acerca do trabalho editorial posterior exercido por Dórea conferir OLIVEIRA, Laura de. “Estudar, Investigar, Adestrar”: entre as Edições GRD e as políticas culturais do Ipês, a consonância de dois projetos autoritários para o Brasil (1962-1964). In: VICTOR, Rogério Lustosa. À direita da Direita: estudos sobre o extremismo político no Brasil. Goiânia: Editora PUC – GO, 2011, p. 155-178.

A ordenação do passado se transformava em arena de disputa, entretanto permanecia na memória social, a despeito dos esforços dos integralistas, a interpretação de que o integralismo era igual ao fascismo. Essa equivalência era frequentemente afirmada no debate público. Tal representação, formulada na década de 1930, resistiu ao tempo e à ação perrepista a fim de neutralizá-la, selando o destino integralista. Vencidos nos embates pela memória, a perspectiva de futuro imaginada pelos integralistas, a partir da votação obtida por Salgado, em 1955, e da retomada do sigma, em 1957, esvaía-se. Sem capacidade de adentrar no terreno da memória social, o integralismo se viu prisioneiro de sua própria memória, limitando, assim, sua inserção no campo político. Nas eleições após 1955, o PRP, pouco sufragado, assistiu a sua identidade oriunda do passado distanciar-se do futuro.

Bibliografia

- ATHAIDES, Rafael. *As paixões pelo sigma: afetividades políticas e fascismos*. 304f. Tese (Doutorado em História). UFPR, Curitiba, 2012.
- BERTONHA, João Fábio. Integralistas e pesquisadores do integralismo: o embate entre memória e história. In: DOTTA, Renato Alencar; POSSAS, Lídia Maria Vianna; CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. (Orgs.). *Integralismo: novos estudos e reinterpretações*. Rio Claro: Arquivo Público do Município de Rio Claro, 2004. p. 155-166.
- CANDAU, Joël. *Anthropologie de la mémoire*. Paris: Armand Colin, 2005.
- CARNEIRO, Márcia. *Do sigma ao sigma – entre a anta, a águia, o leão e o galo – a construção de memórias integralistas*. 2007. 415f. Tese (Doutorado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, UFF, Niterói, 2007.
- CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. *A Enciclopédia do Integralismo: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961)*. 2010. 254f. Tese (Doutorado em História). FGV-CPDOC, Rio de Janeiro, 2010.
- DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical?: o Partido Nazista no Brasil*. São Paulo: Todas as Musas, 2012.
- GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. 2012. 668f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

KANSTEINER, Wulf. Finding meaning in memory: a methodological critique of collective memory studies. *History and Theory*. Nova York: Wesleyan University, p. 179-197, 2002.

MARTINS, Estevão C. de Rezende (org.). Memória, identidade e historiografia. *Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB*, Brasília: UnB, v. 10, n.1/2, 2002.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O labirinto integralista: o conflito de memórias (1938 – 1962)*. Goiânia: IFITEG, 2013.

Fontes

Diário *Tribuna da Imprensa*, 7 out. 1957.

Documentação do Diretório Nacional do PRP (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro).

Enciclopédia do Integralismo. Vol. 11, Rio de Janeiro: Edições GRD, 1957-1963.

LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1999.

SALGADO, Plínio. *Livro verde da minha campanha*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira S. A., 1956.

Semanário *A Marcha* (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro).

Semanário *Idade Nova* (Arquivo Público e Histórico de Rio Claro).